

ARTIGO

MEMÓRIA, ESCRITA DE SI E IDENTIDADE NOS SERTÕES: ENSAIO SOBRE A BUSCA POR NOVAS ALTERIDADES NAS FRONTEIRAS

MEMORY, SELF-WRITING, AND IDENTITY IN THE SERTÕES: ESSAY ON THE SEARCH FOR NEW ALTERITIES AT THE FRONTIERS

EVANDRO SANTOS¹

RESUMO

O artigo, escrito em formato ensaístico, problematiza as possibilidades e limites da escrita da história desde os sertões, tomando por ponto de partida a dimensão social da produção do conhecimento científico, em particular, no que diz respeito aos jogos de poder que caracterizam os ambientes institucionais nacionais e internacionais. Além disso, o estudo tem por escopo refletir sobre o impacto do olhar exclusivamente exterior sobre as regiões de fronteira, como são, de modo geral, os sertões, em especial, no que se refere à construção de memórias e identidades totalizantes. Por fim, apresenta-se um estudo de caso, desde o sertão do Rio Grande do Norte (Brasil), sendo este resultado de pesquisa mais ampla, desenvolvida nos últimos anos acerca dos sertões nordestinos.

PALAVRAS-CHAVE: história da historiografia; história dos sertões; história e memória; autobiografia; alteridade.

ABSTRACT

The article, written in an essay format, problematizes the possibilities and limits of writing history from the sertões, taking as its starting point the social dimension of the production of scientific knowledge, in particular, regarding the powerplays that characterize the national and international institutional environments. In addition, the study aims to reflect on the impact of the exclusively external gaze on the frontier regions, as it is the case, in general, of the sertões, especially with regard to the construction of

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professor adjunto de Teoria e História da Historiografia no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões (MHIST), na mesma instituição. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2844-4810>.

totalizing memories and identities. Finally, a case study is presented, from the sertões of Rio Grande do Norte (Brazil), being the result of a broader research, developed in the latest years about this northeastern region.

KEYWORDS: history of historiography; history of the sertões; history and memory; autobiography; alterity.

*Em mim não habita o deserto que há em ti
Minha alma é um oásis luminoso [...]
Jorge Salomão, Mosaical, 1994.*

Sobre a dimensão social da produção do conhecimento histórico, mais uma vez

Há muito sabemos que a produção do conhecimento, tal qual qualquer manifestação de ordem discursiva, delimita espaços de poder. Michel Foucault propôs aos historiadores e outros profissionais a examinarem como se apresenta essa produção oferecendo, inclusive, instrumental heurístico: a arqueologia e a genealogia, ambas pensadas a seu modo (FOUCAULT, 2002; 1979). Pelo próprio lugar que ocupa, no conjunto das humanidades, a filosofia costuma reunir parte considerável das indagações mais importantes e radicais no que se refere ao pensamento sobre as possibilidades e os limites do conhecimento como resultado do trabalho humano. Além disso, em sua moderna condição de fronteira, ela conta tanto com o acúmulo milenar de conceitos e debates, passíveis de serem observados ao longo de sua história, quanto com sua abertura para outros campos mais contemporâneos, dentre estes, as novas ciências.

Este artigo, escrito em forma ensaística, pretende marcar um começo, ou uma emergência, no sentido atribuído por Foucault ao refletir

sobre o método genealógico: “a genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual de dominações” (FOUCAULT, 1979, p. 23). Assim, longe de situar o problema “fora da história”, denúncia feita pelo filósofo francês (inspirado em Nietzsche) aos historiadores, o escopo consiste em colocá-lo partir da recente experiência de construção de uma nova área de estudos, desde a aprovação do Mestrado em História dos Sertões, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A instituição em questão já contava com um Programa de Pós-Graduação, proposto em 2004 e vinculado ao Departamento de História situado no Campus Central (Natal-RN), cuja área de concentração define-se como História e Espaços. Em 2018, contudo, o Departamento de História vinculado ao Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES-UFRN), localizado na cidade de Caicó-RN, no sertão potiguar, formulou e enviou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a proposta de um Mestrado Acadêmico cuja área de concentração intitula-se História dos Sertões. O projeto foi aprovado e o curso entrou em operação, com sua primeira turma, em 2019.

A experiência de se criar as bases para uma nova área específica de estudos, cujo aporte que a justifica exigia a mobilização da teoria da história e da história da historiografia, em sentido mais amplo, e, em especial, o mapeamento de amplo conjunto de referências produzidas em diferentes áreas de conhecimento, foi desafiadora. Havia ainda o agravante de se tratar da criação de uma área particular de estudos sobre os sertões e desde os sertões. As dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais (e todas as demais que podem ser pensadas) desse espaço

estavam colocadas. Para quem experimenta a vida e constrói laços sociais (fundamento da vida) em determinada espacialidade cujo estigma de condição periférica é uma constante, autorizar-se a falar desde um lugar de poder, o espaço universitário, o ponto de vista, sem dúvida, é diverso. Tal afirmação não corresponde a dizer que as comunidades humanas que ocupam os sertões, regiões de fronteira, os territórios não plenamente delimitados ou incluídos em alguma unidade qualquer, não possuem as mesmas condições intelectuais de reflexão e produção. Corresponde a dizer, isto sim, que por longo período de tempo essas espacialidades não contaram com as condições materiais e as políticas públicas necessárias para que desenvolvessem mais fortemente esse trabalho. Some-se a isso o fato de que essas populações conhecem, com significativa profundidade, o ponto de vista que vem de centros de poder.

A perspectiva do poder é mais evidente, mas nem por isso menos complexa de ser analisada. É importante dizer, nesse horizonte, que o poder está em todas as configurações, sejam elas espaciais, temporais, institucionais etc. Os sertões possuem seus jogos discursivos internos, suas disputas narrativas e suas estratégias de manutenção e transgressão de autoridades estabelecidas. Todavia, quando a abordagem se volta para a produção do conhecimento científico torna-se incontornável a ampliação da escala. Nos últimos anos, com a tradução de diversos estudos inseridos no conjunto das chamadas epistemologias do sul ou, de modo mais geral, dos estudos subalternos e pós-coloniais, essa ampliação foi alimentada com algumas discussões, nas humanidades, adequadas ao argumento que se pretende desenvolver nesta introdução. Os conceitos de espaço e tempo exigem, comumente, um insumo explicativo extra, isto é,

um esforço maior quando o intuito é tornar a compreensão acerca do que se está falando mais nítida. Já há algumas décadas, ademais, os pesquisadores preferem falar no plural, isto é, espacialidades e temporalidades, por diversos motivos que não serão aprofundados neste artigo, mas que a história das Ciências da Natureza, a seu modo, explica, ao lado das investigações das ciências humanas.

Nesse sentido, a cientista social australiana Rawyen Connell oferece um olhar crítico fundamental para o que se pretende aqui discutir. Embora seu problema principal esteja relacionado às desigualdades que caracterizam a economia mundial de conhecimento, particularmente no que tange à diferenciação que marca as recepções de trabalhos de intelectuais baseados em centros de excelência acadêmica (antigas metrópoles do norte global), de um lado, e, de outro, aqueles oriundos das periferias (de modo geral, nas antigas colônias localizadas no sul global). Contudo, como se sabe, é possível reconfigurar essas escalas quando o propósito é examinar outras realidades e as particularidades de economias – sobretudo simbólicas – da produção de conhecimento. Ao apresentar os percursos de sua reflexão sobre o que nomeia como uma economia política do conhecimento, Connell descreve o seguinte quadro. “O papel da periferia é fornecer dados e, posteriormente, aplicar o conhecimento sob a forma de tecnologia e método. O papel da metrópole, assim como a produção de dados, é reunir e processar dados, produzindo teoria (incluindo metodologia) e desenvolvendo aplicações que posteriormente são exportadas para a periferia” (CONNELL, 2017, p. 89).

Considerar a pontuação acima citada conduz à discussão sobre a história da constituição dos campos de conhecimento no Brasil,

particularmente, da disciplina histórica. Existem excelentes e variadas investigações que mapearam e explicaram o processo de estruturação da história no século XIX brasileiro. Na ausência de universidades, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, no Rio de Janeiro, sede do Império, o órgão que concentrou a produção e as primeiras discussões sobre como pesquisar e escrever a história. Durante muito tempo foi assim que, de fato, se deu, mesmo quando os congêneres regionais do IHGB começaram a ser fundados. Toda a produção era orientada pelo que definia a matriz carioca. No entanto, de maior interesse para essa breve contextualização são os exames sobre a produção historiográfica a partir da criação das primeiras universidades, no Brasil. Nesse ponto, passa a merecer atenção não apenas a produção propriamente dita, mas a formação de professores de história, ou seja, a entrada na equação, de forma mais nítida e profissional, do ensino de história.

Para o caso do Rio de Janeiro, há o livro da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, intitulado *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*, que analisa em profundidade os cursos universitários de História criados na então capital da República, na década de 1930, ressaltando as trajetórias de professores que ajudaram naquele começo (FERREIRA, 2013). Por meio da obra, pode-se conhecer o percurso de fundação da Universidade do Brasil (UDF), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e como se deu a afirmação das cátedras no curso de História e Geografia. Entretanto, se para a imensa maioria dos estados da federação, o Rio de Janeiro era o centro do poder, em todos os sentidos, para este, todas as coordenadas geográficas apontavam para a França.

Ferreira explora de maneira detida a missão que trouxe professores franceses que auxiliaram nos primeiros passos da disciplina histórica em seu formato universitário, na cidade (FERREIRA, 2013, p. 85-101). A historiadora não hesita em observar a relevância da presença do historiador Henri Hauser, segundo ela, “o mais importante membro das missões de professores franceses que se dividiram entre o Rio de Janeiro e São Paulo e levaram a História para dentro da universidade brasileira (FERREIRA, 2013, p. 103).

Acerca da atuação de professores franceses em São Paulo, recentemente, Aryana Costa, em sua tese de doutorado intitulada *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP* (COSTA, 2018), contribuiu com elementos pertinentes. Pela chave da história das disciplinas escolares e, em especial, do ensino de história, Costa confrontou a documentação caracterizada como material didático (currículos e materiais de aulas produzidos e utilizados pelos docentes) com a memória registrada em periódicos e demais documentos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e ofereceu um panorama mais complexo e, em certa medida, desconhecido sobre a real atuação francesa nos cursos de História e Geografia da USP em seus primórdios. Ao definir sua abordagem a partir de uma crítica da memória disciplinar, no caso paulista, a historiadora constatou que a consolidação da disciplina histórica brasileira no âmbito da corrente dos *Annales*, mais do que uma consequência “natural”, foi de fato uma escolha, algo negociado no interior da instituição (COSTA, 2018).

O aspecto relativo à crítica da memória disciplinar participa do investimento teórico e historiográfico destinado para este momento inicial do artigo. Os estudos de teoria da história e história da historiografia têm operado, nas últimas décadas, como oportunos espaços de crítica da memória disciplinar. Os profissionais brasileiros que se dedicaram a tais estudos construíram diversos trabalhos que, por sua vez, apresentaram as modulações pelas quais passaram as pesquisas históricas por aqui. De maneira geral, contudo, a questão da concentração das pesquisas de ponta nas regiões sudeste e sul do País, na maioria dos casos, aparece apenas como um dado inerente à organização do campo intelectual, associado aos contextos políticos e econômicos de cada objeto (seja a criação de instituições como o IHGB, o Museu de Belas Artes, o Colégio Pedro II, seja o advento das universidades).

Para fazer valer uma crítica radical da memória disciplinar e criar possibilidades para o surgimento de novas teorias, adequadas ao contexto presente da historiografia, é importante deslocar esse olhar demasiado historicista e converter os determinantes da economia política do conhecimento em problemas a serem repensados, em sentido epistemológico e ético-político. Nessa perspectiva, retomando Connell, as periferias do conhecimento, antes meras fornecedoras de dados empíricos para a posterior elaboração teórica desenvolvida pelos centros acadêmicos de excelência, depois das considerações trazidas pela filosofia, pela sociologia, pela antropologia, pelos estudos pós-coloniais e decoloniais, pelas teorias feministas e pela psicanálise, agora reivindicam outra posição. Não se trata de reparação histórica, mas de se observar o impacto dessas práticas desiguais para a epistemologia da história e, ainda, para as

consequências sociais nocivas dessa concentração de poder alimentada ainda hoje (PEREIRA, 2018). Em aparente paradoxo, a partir do momento em que o campo do conhecimento histórico, em abrangência internacional, abriu-se aos debates designados como globais, foram os dilemas intestinos de cada continente e de cada Estado nacional que vieram à tona (SANTOS; NICODEMO; PEREIRA, 2017).

Se a disciplina histórica surge vinculada ao saber geográfico, no caso da fundação do IHGB (século XIX) e no caso criação das primeiras universidades brasileiras (século XX), quando parte significativa das pesquisas tornam a tematizar, por motivações variadas, as espacialidades, criam-se as condições para a abertura de novos problemas, objetos, abordagens e, por que não dizer, áreas de estudos (CEZAR, 2005, p. 79-99). A interdisciplinaridade, característica das investigações referentes aos espaços fronteiriços e sertanejos, não pretende diminuir ou negar as diferenças entre as disciplinas, construídas por meio do trabalho de diversos pesquisadores ao longo de mais de dois séculos. A pretensão é tanto mais a de considerar os problemas apontados pelas diferentes áreas, capazes de enriquecer teórica, metodológica e didaticamente os estudos históricos. Assim, é Foucault quem estimula o recurso ao método da genealogia, não para reafirmar o que está posto nas supostas origens. Ao contrário, a inspiração em um método genealógico deve servir à constatação de que pouco ou nada está dado como natural nos começos. O que se tem nos começos são jogos de poder (que depois serão incessantemente reencenados), escolhas e construções simbólicas de autoridade e submissão. Da mesma forma, é Connell quem indica a importância de se acompanhar a produção do conhecimento de uma

sociologia dessa produção, pois não há (nem nunca houve) condições universais para que tal trabalho exista e seja executado. Pesquisas historiográficas como as levadas a cabo por Ferreira e Costa exemplificam tal afirmação. Santos, Nicodemo e Pereira (2017) oferecem uma sistematização desse debate e ajudam na compreensão do que tem se passado na historiografia da última década e quais as conseqüentes possibilidades de uma abertura para as tradições periféricas, em paralelo ao exame e à crítica das recepções da prática historiográfica de matriz europeia. Diante de um vasto e rico acúmulo de estudos que se ocuparam da questão que importa ao presente artigo, essas são algumas das interlocuções iniciais escolhidas. A experiência da construção de uma área de concentração específica dedicada à história dos sertões impõe o indispensável exercício de situá-la tanto no conjunto da história da historiografia brasileira como na conjuntura contemporânea das pesquisas históricas.

Cabe sublinhar que, ao apontar a área de História da Historiografia como ambiente propício ao desenvolvimento dos problemas elencados nessa análise, por sua abrangência e diálogo com as demais áreas da história disciplinada, não se deve esquecer uma das inúmeras contribuições à teoria da história, oferecida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Recupera-se, no caso, o debate de Koselleck sobre a problemática do ponto de vista na produção do conhecimento histórico, associada às categorias perspectiva e temporalidade (KOSELLECK, 2006, p. 161-188). A problemática do ponto de vista se mostra razoável a este artigo em função de conter uma dimensão espacial demarcada. A depender do ângulo do olhar, a perspectiva é alterada. Assim o é (ou deveria ser)

com relação ao poder. Para o atual contexto historiográfico internacional, não parece evidente sustentar que há um ponto de vista privilegiado e fixo capaz de oferecer verdades universais ao mundo. Em um presente de temporalidades múltiplas e complexas, que convivem e se (re)conhecem, a afirmação moderna de que apenas um ponto de vista fixo garantiria a oferta de verdades ao mundo é questionada. Por hipótese, argumentar em nome da diversidade de pontos de vista no mundo, sem comprometer o rigor metodológico, parece ser o desafio mais interessante, nos dias de hoje. Vale recordar que Koselleck, teórico inspirador dos resultados apresentados nesse artigo, foi um historiador atento e preocupado com a dimensão espacial da história (KOSELLECK, 2014, p.). Foi ele, inclusive, quem explicou que, ao estabelecer um corte entre presente e passado, o historiador moderno passou a valorizar o ponto de vista lançado desde o presente em relação aos passados (KOSELLECK, 2006, p. 174). Esse ponto de vista parte quase sempre de uma coordenada geográfica. Tais coordenadas geográficas estabelecem também relações de poder. São elas que importam ser investigadas, ainda que parcialmente, nesse artigo. A proposta a partir daqui é refletir, de maneira breve, sobre o que foi feito na historiografia dedicada aos sertões para, enfim, apresentarmos um estudo de caso que, espero, torne mais fulgente o conjunto da argumentação.

Os sertões vistos de fora: questão de ênfase

Independentemente dos resultados, mais ou menos criativos ou justos, os sertões, com significativa frequência, foram narrados e

examinados por meio do olhar do exotismo. Seja em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902), seja em *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa (1956), aquele espaço e seus sujeitos são construídos a partir de interpretações que resultam de pressupostos anteriores à experiência mais antropológica, por assim dizer, do narrador. Entretanto, mesmo quando se desloca o exame para obras e autores menos consagrados ou fartamente investigados, percebe-se que a ideia de sertão é exposta, com regularidade, como uma metáfora do descontrole, seja pelo viés da política, seja pelo da linguagem. O sertão é onde tudo pode acontecer. Assim são vistas as regiões de fronteira antes que se tornem territórios plenamente conhecidos e dominados. Esse *topos* está registrado nas narrativas das fronteiras do Rio da Prata (Argentina) e também naquelas falam sobre os pioneiros que desbravavam o que viria a ser os Estados Unidos da América (MÄDER, 2008; GUAZZELLI, 2002). Na especificidade dos sertões brasileiros não é diferente. Tal qual ocorre na Argentina, nos Estados Unidos e em tantas outras partes do mundo, os sertões – e seus equivalentes em idiomas diferentes do português – como conceito histórico e político, compuseram a história da conquista e da ocupação de diversos territórios. A palavra veio de Portugal e era utilizada para tratar de terras menos povoadas e conhecidas da metrópole. A documentação referente à conquista e a todo o período colonial atesta essa transmissão.

Todavia, importa aqui enfatizar como, mais que problematizados, os sertões foram tematizados pelo pensamento social, no Brasil. Essa afirmação está relacionada com dois aspectos que fundamentam essa investigação. O primeiro tange à proposta de criação de uma área de estudos específica dedicada aos sertões, respeitando a polissemia do

conceito. Dito de outra forma, essa área de estudos pretende, justamente, enfatizar as diferentes acepções de sertão/sertões como medida metodológica e, principalmente, teórica. Ao atentar para a diversidade de usos (e abusos) conceituais do termo, pretende-se contribuir com uma historiografia mais crítica e diversa dessa categoria, tanto no tempo quanto no espaço. Nesse sentido, a reflexão acima mencionada, construída por Koselleck, pode ser relacionada à noção de regimes de historicidade, formulada pelo historiador francês François Hartog, para essa proposição voltada ao tratamento conceitual dos sertões (HARTOG, 2013). Essa noção foi tratada por Hartog em diversas publicações e ocupou seu trabalho por décadas, cujo mapeamento já foi inclusive sistematizado no Brasil (NICOLAZZI, 2010, p. 229-257). Sendo assim, o que efetivamente deve ser dito aqui é que, ao considerar o problema do tempo como central na disciplina histórica, Hartog não hesita em afirmar que a ferramenta heurística por ele pensada não tem pretensões universais. Ela deve ser testada em cada conjuntura historiográfica, em cada contexto específico. Amparado por intenso debate com a filosofia e com a antropologia, o historiador esclarece:

O recurso ao regime de historicidade não pretende evidentemente ser a solução, o coelho tirado da cartola, mas ele permitiria começar a trabalhar, interessando-se pelas diferenças e pelas extremidades das formas de temporalidade, aqui e lá: pelas interações, pelas imbricações, pelas sobreposições, pelas interpenetrações, pelos deslocamentos, pelos desprendimentos dos regimes de historicidade articulando espaço e tempo. Porque, se não há um tempo único, se diversas foram e são as experiências do tempo, há, em toda parte, maneiras homólogas de fabricar tempo humano ou social em um mundo que jamais ignorou, em maior ou menor escala, trocas e interações (HARTOG, 2006, p. 23).

Muito próximo às reflexões de Koselleck, mas também àquelas do antropólogo estadunidense Marshall Sahlins (2003), Hartog sugere que o tempo, entendido como humano, resulta em narrativas diversas, que variam não apenas conforme diferentes temporalidades, mas também de acordo com o espaço. Em outras palavras, as narrativas, ou, em particular, as historiografias são espacialmente demarcadas. Michel de Certeau, outro interlocutor de Hartog, já havia explicado que a escrita da história é resultado de uma fabricação localizada: um lugar social (institucional), que sustenta práticas e apresenta textos que são frutos das disputas locais e por regras ali conhecidas (CERTEAU, 2006). As indagações levantadas pelos estudos pós-coloniais e pelos discursos de crítica da cultura (como os feminismos e a psicanálise) ampliaram a constatação de Certeau e, em perspectiva global, a historiografia produzida no registro disciplinar parece ter mais variantes que interferem diretamente em seu processo produtivo (SANTOS, 2019).

Quando o intuito é demonstrar as consequências de uma leitura dos sertões alhures, isto é, a partir dos grandes centros de poder (políticos e acadêmicos), o mais pertinente é observar como a historiografia brasileira sobre o assunto constituiu seu *corpus* documental, métodos preferidos e interpretações. Para esse fim, basta tomarmos o importante artigo escrito por Lucia Lippi Oliveira, intitulado “A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro” (OLIVEIRA, 2015, p. 21-40). Originalmente escrito e publicado no ano de 1998, o texto oferece um rico panorama da importância dos sertões para o chamado pensamento social brasileiro. A historiadora reafirma a ideia, compartilhada por muitos estudiosos do tema, de que os sertões

constituem elemento central para a compreensão da estruturação da nação brasileira, atravessando toda a história da chamada brasilidade. Oliveira inicia seu exame já no recorte temporal em que ainda não havia Brasil, mas a própria América era apreendida como um “grande sertão” aos olhos dos conquistadores portugueses (OLIVEIRA, 2015, p. 21-22). Os estereótipos ambivalentes lançados às regiões tidas como sertanejas e suas populações são recuperados no texto, com destaque às leituras científicas que se tornaram dominantes; a partir da segunda metade do século XIX. Ainda serão tratados os movimentos dos sertões como tema, ora aproximado aos problemas do projeto nacional brasileiro, ora como elemento catalizador da literatura regionalista no país. Oliveira não deixa de observar que a “fronteira, assim como sertão, ou nação, não é conceito estático e atemporal. Seu sentido de delimitação, definição e referência territorial de unidades sociopolíticas envolveu um longo e múltiplo caminho” (OLIVEIRA, 2015, p. 30).²

Contudo, a despeito de uma discussão mais geral bastante rica, a segunda metade do texto é dedicado, basicamente, ao estudo dos sertões paulistas e dos bandeirantes como personagens principais de uma determinada história com incisivas pretensões nacionais. De imediato, é cabível dizer que não se trata de uma crítica à análise, no que concerne aos recortes espacial e temático escolhidos, o que não se justificaria. Até mesmo porque Oliveira remonta à historiografia canônica que alimenta essa ênfase, no mínimo, em João Capistrano de Abreu que, em seus

² Em tempo, ao subscrever tal ideia comum, a autora dialoga com o importante artigo assinado pela historiadora Janaína Amado, intitulado “Região. Sertão. Nação” (AMADO, 1995).

Capítulos de história colonial (1907) já dedicava uma longa seção ao sertão e tomava o caso dos bandeirantes como principal (ABREU, 2000, pp. 127-203). Mais ou menos no mesmo contexto de escrita de Oliveira (refere-se aqui à primeira publicação do texto), o historiador Gilmar Arruda também explorava a questão dos sertões paulistas e sua transmutação, ao passo que as ferrovias levavam a “novos” sertões, aqueles do Mato Grosso, um olhar mais particular (ARRUDA, 2000). Importante interlocutor de Arruda, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em sua tese de doutorado, defendida em 1994, na Unicamp, depois publicada em livro sob o título *A invenção do nordeste e outras artes*, também investiria no tema dos sertões. Sertões agora simbolicamente projetados, desde o antigo sul, sobre a região nordeste (invenção dos anos 1920), cujas elites locais não tardariam a reelaborar as imagens criadas por Euclides da Cunha e tantos outros autores (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pp. 51-77).

O que efetivamente exige exame mais crítico são as consequências políticas e epistemológicas de se ignorar a força dos jogos de poder que compõem a economia da produção do conhecimento no Brasil. A partir de que pressupostos, propriamente teóricos e metodológicos, elege-se temas e problemas apreendidos como “nacionais”, em outros termos, assuntos que, a princípio, interessam ao conjunto das regiões que constituem o país? Desde onde se escreve a história entendida como nacional ou geral? Para pensar em conjunção a Albuquerque Júnior, não seria o caso de se indagar acerca da pertinência de buscar bases epistemológicas à produção do conhecimento histórico em categorias políticas genéricas como “nacional” e “regional”? (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 39). Candice Vidal de Souza, com sensível rigor, em

trabalho originalmente apresentado em 1996, é quem encaminha o problema do olhar excessivamente exterior com relação aos sertões:

Considerando autores do pensamento social como produtores de explicações míticas acerca das origens da nacionalidade, supõe-se que ocorrem sedimentações de formas descritivas e analíticas na profusão de textos publicados durante o período em foco. Ou seja, é possível acreditar que a formulação culta da problemática nacional simultaneamente cria e recupera temáticas e padrões explicativos persistentes, sobrepostos à variedade dos autores e, de certo modo, independentes das desigualdades de prestígio, habilidade estilística ou competência analítica dos escreventes da brasilidade. Aqui, a repetitividade das fórmulas narrativas próprias das falas míticas aparece nos textos totalizadores de uma ideia de Brasil, na forma de temáticas paradigmáticas e de modos de ver recorrentes [...]” (SOUZA, 2015, p. 39).

Das considerações de Souza, podem ser desdobradas ponderações que se coadunam ao argumento geral desse artigo.³ O gradativo isolamento de um discurso sobre a nacionalidade, que tem na problemática dos sertões um de seus eixos principais, pródigo em usos políticos, correspondeu, dada a tardia criação de universidades no Brasil e a lenta interiorização dessas no território nacional, ao respectivo isolamento da produção historiográfica desde outros pontos de vista e desde outras experiências políticas. Buscando dar sentido ao conjunto do argumento exposto até aqui, pode-se dizer que, enquanto os centros de poder político e acadêmico propunham interpretações acerca do que eram (ou deveriam ser) os sertões, em formulações muitas vezes demasiado abstratas, experiências políticas eram elaboradas nos lugares geográficos enunciados como sertanejos, fronteiras móveis que, a despeito da

³ Ver também, em perspectiva paralela, o importante livro de Johannes Fabian (FABIAN, 2013).

invisibilidade, se desenvolviam. Com o agravante de que, ao contrário de outras regiões brasileiras, o Nordeste não fez desaparecer essa categoria geográfica de sua experiência, ao contrário, alimentou-a histórica e culturalmente, o problema assume outra proporção se tomarmos a sério a controvérsia dos jogos de poder no interior da economia política do conhecimento. Até que a região com o maior número de estados, entre aquelas que compõem a Federação, contasse com um sistema de pós-graduação mais próximo e consistente, as pesquisas sobre os sertões nordestinos eram produzidas, grosso modo, em instituições do sudeste. Nos moldes apontados por Connell (2017), o material empírico era deslocado das periferias para os centros de poder, examinado a partir dos problemas e perspectivas teóricas situados a partir de outras relações centro-periferia (como, por exemplo, entre historiadores franceses e brasileiros), não permitindo o impacto dos resultados dessas pesquisas no conjunto das discussões consideradas como efetivamente “nacionais”. No fundamental, é um tanto desafiador buscar um mapeamento do efetivo retorno desses trabalhos junto às comunidades humanas neles tratadas e retratadas. De certa maneira, os sertões nordestinos, aquelas terras supostamente vazias, quando muito habitadas por indígenas, negros e mestiços, descritas em tantas obras (desde o século XVI até o século XX), seguiam em silêncio, apesar da existência de vasta produção sobre elas.⁴ Logo, que história era contada nos sertões? Esse é o mote para a próxima

⁴ Nesse ponto, é possível estabelecer um paralelo com a invisibilidade da produção de mulheres na historiografia brasileira, uma constatação observada não apenas em períodos mais recuados, mas mesmo nas últimas décadas, apesar do aumento de profissionais do gênero feminino na área de História. As teorias feministas, em diálogo com os chamados estudos decoloniais, têm levantado essa questão, contribuindo com importante crítica à desigualdade de gênero. Ver OLIVEIRA (2018).

seção desse artigo, que pretende, por meio de um conciso estudo de caso, fechar o argumento ora desenvolvido.

O caso dos sertões do Rio Grande do Norte: memória e autobiografia como história em Oswaldo Lamartine de Faria

Historiadores e historiadoras vêm discutindo, há cerca de quatro décadas, os problemas atinentes às relações entre história e memória. Destarte, quem ofereceu uma recente sistematização desse debate foi o historiador italiano Enzo Traverso (2012). Diante da vasta bibliografia existente sobre o assunto, as obras de síntese tornam-se fundamentais. Contudo, além de remeter à organização do longo debate, feita por Traverso, importa dizer que o problema da memória assumiu tamanha relevância nas pesquisas das Ciências Humanas que, no tocante à história, ele acabou por atender por outros nomes, mais amplos e, por vezes, controversos. Refere-se, aqui, às seguintes definições: história do tempo presente, usos do passado, história pública e história global.⁵ Na maioria dos exemplos citados, o que se torna incontornável é a discussão sobre o papel social de profissionais de história e sua atuação no espaço público, com dimensões políticas mais ou menos evidentes, a depender do caso. Tem-se aí largo diálogo internacional que, nos limites deste artigo, pode permanecer apenas subsumido.

⁵ Dado o interesse mobilizado junto à comunidade de historiadores, esses temas e abordagens têm sido objeto de eventos e coletâneas cujo intuito é tentar organizar as discussões em terreno, por vezes, não plenamente consolidado (BRESCIANI, NAXARA, 2014; VARELLA, MOLLO, PEREIRA, MATA, 2012; MAUAD, ALMEIDA, SANTHIAGO, 2016; ARAÚJO, SANTOS JÚNIOR, 2018).

Entretanto, se o objetivo é examinar os estudos históricos atinentes aos sertões, os problemas da memória e suas faces correlatas tornam-se indispensáveis. Assim, como dito anteriormente, há a necessidade de se definir sobre qual sertão se está falando, dada a polissemia da categoria e seus usos diversos na experiência brasileira (em termos de recorte temporal, espacial e de elementos políticos). O distanciamento entre diferentes realidades de produção do conhecimento, no Brasil, e as diversas historicidades próprias a cada uma delas, aspecto muitas vezes ignorado em nome de uma pretensa unidade disciplinar e institucional (sustentada pelos lugares sociais de produção) precisam ser examinados e levados em consideração.⁶ Enquanto as universidades eram criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, na década de 1930, o que se passava nos sertões brasileiros? Durante esse recorte de quase um século de formação em massa de profissionais de educação e pensamento crítico resultante de investigações científicas, as regiões de fronteira eram tocadas por quais mecanismos institucionais, no que se refere à cultura histórica? Que história era contada nos sertões, por assim dizer? Essas indagações precisam ser colocadas, pois conduzem à reflexão sobre o próprio campo de conhecimento e, em alguma medida, impacta também os centros de excelência e poder acadêmico.

Dizer que os sertões nordestinos são desconhecidos ou que foram pouco estudados seria um equívoco. Decerto, eles foram exaustivamente explorados e tematizados pela literatura e pelas artes, desde, no mínimo, o

⁶ Em certo sentido, esse distanciamento (tratado na segunda seção deste artigo) vem sendo investigado e denunciado em importantes estudos historiográficos, particularmente, aqueles dedicados à consagrada obra de Euclides da Cunha. Ver, por exemplo: MURARI (2007), NICOLAZZI (2014) e CARDOSO (2018).

século XIX.⁷ Como afirmam estudiosos já citados neste artigo, Albuquerque Júnior é um exemplo, ao serem atrelados à própria ideia de nordeste, quando de sua criação, ao longo do século XX, os sertões passaram a compor, definitivamente, a história e a cultura brasileiras, em suas mais diferentes perspectivas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016; 2019). Havia e há sertões em todas as regiões do país, mas nenhum deles é comparável aos sertões nordestinos em termos de reconhecimento e visibilidade identitários. Especialistas no assunto, como o historiador Erivaldo Fagundes Neves, enfatizam em suas obras que durante boa parte da história do Brasil independente, os sertões não contaram com uma historiografia. Mesmo quando já se movimentavam pesquisas sólidas nos institutos históricos, no período imperial e na Primeira República, o que era garantido aos sertões eram crônicas e memórias (NEVES, 2016, p. 167). Constata-se, assim, uma dívida com relação à história dessas espacialidades, algo semelhante ao dilema levantado pelos especialistas dedicados aos estudos de história colonial e de história indígena. Nesse ponto, contudo, políticas públicas e importantes reformas curriculares nos cursos de graduação, propostas na primeira década deste século XXI, têm fomentado o preenchimento dessas lacunas, em algumas ocasiões, associando os estudos sobre os sertões coloniais aos estudos sobre o passado indígena no atual nordeste brasileiro (FERRAZ, 2015).

A despeito de tudo o que foi acima pontuado, considera-se a existência de uma carência de estudos mais detalhados sobre a cultura

⁷ Há vasto número de publicações dedicadas ao exame das representações dos sertões nordestinos nas manifestações culturais e literárias brasileiras. A título de exemplo, remete-se, por ora, à coletânea organizada por Alberto Freire (FREIRE, 2014).

histórica dos sertões. Não somente investigações posicionadas “desde fora” dos sertões, em termos de pressupostos teóricos e metodológicos, mas atentas à experiência mesma desse lugar geográfico. Dito de outra forma, exames que trabalhem com as diferentes distâncias, temporais, espaciais e epistemológicas, levados à frente com o intento de promover o diálogo entre diferentes áreas dos saberes e formas historiográficas. Ainda, incentivar a crítica de narrativas excludentes e identidades supostamente universais que, na verdade, anulam parcelas significativas das populações que constroem suas vidas e trocas sociais nos interiores. Formas de usos do passado que omitem muitos dilemas e desafios que só podem ser conhecidos, e assim dirimidos, por intermédio de pesquisas mais complexas, recebidas por historiadores de outras regiões e instituições do país com a dimensão mais ampla que, na prática, possuem. Trata-se, assim, de incentivar o esforço que passa por reconhecer a importância de se trabalhar mais com a perspectiva das espacialidades na produção do conhecimento histórico e historiográfico. Nessa direção, os trabalhos do historiador Renato Amado Peixoto são muito úteis (PEIXOTO, 2011).

Peixoto (2010) auxilia na introdução ao breve estudo de caso que se pretende expor como complemento à discussão sobre os problemas ocultos na produção do conhecimento sobre os sertões, muitas vezes indevidamente menosprezados, em especial, por permitir reflexões e avanços teóricos significativos. As chamadas histórias regionais exigem uma releitura que nos livre de jogos de oposições e compreensões naturalizadas que em nada contribuem para uma efetiva produção de conhecimento. Por isso, é vital indagarmos sobre como as construções

espaciais se deram e de que maneiras se manifestaram nas variadas formas historiográficas. Portanto, conforme Peixoto, o do estado do Rio Grande do Norte, as experiências de fixação histórica e geográfica dos sertões passaram pelas organizações familiares que promoveram os arranjos políticos em escala estadual (PEIXOTO, 2010, p. 181). O historiador demonstra que os mesmos procedimentos familiares foram implementados na organização e controle de diferentes polos de poder, quais sejam: o espaço “Mossoroense”, o espaço “Natalense” e, ainda, o espaço sertanejo denominado “Seridoense” (PEIXOTO, 2010, p. 182). Além disso, a mesma regra discursiva foi posta em operação para fomentar a aparente diversidade desses polos de poder: o jogo com as identidades. “Seriam essas, pois, as condições básicas para pensarem-se as espacialidades, identidades e os temas daí decorrentes e hoje naturalizados pela produção historiográfica norte-rio-grandense, como, por exemplo, a ‘modernidade de Natal’; ‘Mossoró, a terra da liberdade’; ou ‘Seridó, raiz do Sertão e da tradição’ (PEIXOTO, 2010, p. 192).

O Seridó, recorte espraiado entre os sertões dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, como discurso identitário que compõe um lugar geográfico, foi resultado das narrativas provenientes de organizações familiares tais quais as tratadas por Peixoto (2010). De uma dessas famílias, um nome destacou-se, ao longo de toda a segunda metade do século XX: o sertanista Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007). Depois de Manoel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e de seu pai, Juvenal Lamartine, o especialista em sertões (título reforçado pela amiga Rachel de Queiroz) ocupou lugar distinto. Diferentemente do pai e do irmão, que seguiram carreiras políticas – o pai chegou a ser governador do Rio

Grande do Norte, mas foi deposto por ocasião dos movimentos de 1930 – Oswaldo Lamartine dedicou-se à agronomia, foi bancário e, em paralelo, produziu uma vasta coleção de ensaios e pequenos textos, quase todos relacionados à temática dos sertões. Sua biografia e obra têm sido, nos últimos anos, objetos de inúmeros estudos, acadêmicos e jornalísticos, o que permite, neste momento, apenas a remissão a alguns desses (MEDEIROS NETA, 2007; CASTRO, 2015; SOBRAL, 2018, SILVA, 2019).

O que importa indagar, até mesmo em função do grande interesse que a obra de Faria tem despertado, são as relações entre a pesquisa histórica, desenvolvida em moldes disciplinares, ao longo do século XX, e as produções narrativas de gênero memorialístico e autobiográfico. Conceitos correlatos aos problemas da memória abundam nos estudos sobre as famílias do Seridó, sendo o de trauma um dos mais comuns. De certo modo, há uma transposição dos dilemas subjetivos desses sujeitos para a história política estadual, há muito estudada tanto no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), fundado em 1902, quanto na UFRN, após o início da pesquisa histórica na instituição universitária (MORAIS, 2016).⁸ Contudo, as subjetividades compartilhadas em textos, ao invés de enriquecerem a história com diferentes sujeitos históricos, acabam por repetidamente retomar as experiências familiares de grupos que controlavam, simultaneamente, a política local e as memórias que fomentavam a identidade sertaneja desse caso em específico. A escrita da Oswaldo Lamartine de Faria é pautada

⁸ Para um importante e completo estudo sobre o contexto de fundação e as primeiras décadas do IHGRN, ver a tese de doutorado de Bruno Balbino Aires da Costa (2017).

pela memória e pela autobiografia. Ele, como narrador onipresente, conduz seus leitores a verem o sertão do Seridó sob o ponto de vista de sua família, portanto, desde uma mirada cujo estatuto é privilegiado em termos econômicos e sociais (SANTOS, 2018). Quando o assunto é o sertão – e quase sempre esse é seu tema - não há conflitos mais evidentes na narrativa de Faria; para além daqueles sofridos por seus familiares.

Faria dedica o ensaio intitulado *A caça nos sertões do Seridó*, publicado em 1961, ao pai: “à memória do meu pai, Juvenal Lamartine de Faria, que muito mais amava o chão do Seridó” (FARIA, 2014, p. 5). Foi um dos primeiros ensaios por ele publicados e, por isso, é importante observar o fechamento discursivo no universo familiar. Trata-se de um movimento narrativo próprio da memória e da autobiografia, que tende a ser reiterativa (RICOEUR, 2007). O sertanista consegue transcender, em parte, dessa condição familiar quando se ocupa de temas ecológicos, uma de suas preocupações, como fica evidente no ensaio *Algumas abelhas dos sertões do Seridó*, originalmente publicado em 1964 (FARIA, 2004). Esse aspecto de sua obra ainda carece de maior atenção historiográfica. Por outro lado, quando toma a narrativa sobre o passado como ponto de partida, acaba por repetir o mesmo procedimento genealógico básico de busca das origens. Ao escrever sobre a domesticação e controle do gado, em *Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte*, obra mais madura, de 1984, diz o seguinte: “de se imaginar, e dizem os livros que falam dessas coisas, que o bicho-homem, já nos derradeiros tempos da Idade da Pedra Lascada, ou no começo da Pedra Polida, é que principiou a domesticação do cachorro” (FARIA, 2009, p. 11). Ou seja, a experiência da pecuária na região do Seridó, que é o assunto sobre o qual pretende tratar, é lançada para um

passado remoto. Com tal recurso narrativo, impreciso como a memória, a ocupação daquele território, estudada com rigor pelo historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo (2012), também ganhava, pelo texto, profundidade temporal. Os jogos com a memória são constantes em seus textos.

Em seus textos diversos, em entrevistas, na correspondência – em parte publicadas (MELO, 1995; CAMPOS, 2001; FARIA, 2005) – Faria falava constantemente em um sertão perdido, no que se referia ao ambiente natural e às práticas tradicionais. Ele não se eximia de apresentar-se como testemunha viva de um mundo sertanejo desaparecido. Porém, não tardava a retornar ao efetivo sertão que perdeu (aquele de sua infância e família), situação pela qual se ressentia: escreveu um depoimento sobre pai, chamado “Juvenal Lamartine, o meu pai” (FARIA, 2019). O resultado, inevitavelmente, foi a autobiografia do filho. Essa insistência em uma escrita memorialística não fez desaparecer elementos históricos nos escritos do autor. Há passagens em que ele se mostra preocupado em situar o passado do Seridó em uma escala mais ampla, no conjunto da história americana: “e o que fizemos nós nesses 371 anos em nome do progresso para preservar essa herança da natureza? Destruímos o índio porque ele se recusava a ser escravo – inglória guerra do tacape contra a pólvora. Compramos escravos da África e com o muque deles transformamos a floresta em açúcar e aguardente” (FARIA, 1987). Todavia, o que se percebe é a continuidade de uma reflexão experiente de alguém que teve a oportunidade de estudar e que conhecia os problemas mais agudos da época em que viveu. Ao controlar, de ponta a ponta, o discurso, Faria desperdiçava a oportunidade de relatar um sertão mais

plural, expor as desigualdades que não se manifestavam apenas por características naturais ou quando se comparava as pequenas cidades sertanejas com as grandes capitais. Há desigualdades intrínsecas aos sertões. Diferenças sociais, de raça e de gênero, presentes, aliás, em quaisquer outras comunidades humanas.

Se fazer história é, sobremaneira, praticar a crítica da memória, então a obra de Oswaldo Lamartine de Faria oferece rico material. Isso não significa dizer que seu legado não possui mérito, mas o contrário. Justamente por seus escritos constituírem um conjunto documental nacionalmente reconhecido, por seu prestígio entre diversos intelectuais brasileiros, que sua obra merece atenção de historiadores ocupados de uma história crítica e comprometida com a justiça social. Promover a dissociação entre determinada demanda subjetiva de um grupo social abastado e a gama de carências materiais e afetivas de uma comunidade mais ampla é uma das finalidades da escrita da história. Demonstrar que há outros sujeitos históricos que pertenceram e pertencem a determinado lugar e que ajudam a compor as experiências de diferença que a história tem por objetivo examinar. É por isso e por tantos outros motivos que necessitamos de histórias dos sertões vistas desde dentro. Histórias que interajam com as agendas das diferentes áreas especializadas do conhecimento histórico e que com elas interajam. Fazer da história a sua promessa: uma contramemória. Não alimentarmos uma historiografia do mesmo, mas sim do outro, dos outros. Alteridade que se encontra nas trocas internas aos sertões, mas também em relação aos sertões apreendidos pelos centros acadêmicos localizados nas capitais ou mesmo no contraponto com a vida eminentemente urbana que nestas se observa.

Há vida urbana nos sertões, assim como é possível encontrar vivências sertanejas preservadas nas metrópoles. O que se espera, com este ensaio, é ter ajudado em alguma medida para o repensar dessas escalas.

Considerações finais

Esse artigo buscou promover um debate sobre identificação e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica da identidade. Pode não parecer, mas são dois movimentos marcadamente diversos. Primeiramente, a identificação de uma nova área específica de estudos: a História dos Sertões. Essa área dialoga intensamente com as demais subáreas consolidadas que compõem a historiografia, no Brasil e em outras partes do mundo. Ela pretende manter as trocas já consolidadas com a área de história dos espaços e com outras disciplinas e saberes ligados às humanidades. Em segundo lugar, criticar a naturalização de identidades que em nada contribuem para uma experiência historiográfica e social mais rica e diversa. Sejam identidades institucionais, que afastam grupos de pesquisa e universidades por barreiras elitistas, sejam identidades familiares e classistas que tendem a sobrepular sujeitos históricos com outras demandas legítimas e urgentes. Como lidar com isso? Ora, a crítica da memória disciplinar parece ser um bom começo (GUIMARÃES, 2003).

Criticar a carência de outros e novos sujeitos, ativos e responsáveis, demarcados na história é, felizmente, uma constante de nosso tempo. Essa situação não é uma exclusividade sertaneja, percebe-se em praticamente todos os interiores nacionais e mesmo nas capitais estaduais. O tema da emancipação é internacional, ainda bem. No entanto,

no caso de Oswaldo Lamartine de Faria não se está falando de um historiador local, uma autoridade reconhecida apenas na comunidade à qual era vinculado, mas de um estudioso dos sertões conhecido em nível nacional, o que marca ainda mais sua obra e caracteriza o peso de sua recepção, afastando fortemente outras subjetividades de matiz social, de gênero e de raça. Seu discurso acaba por ser aceito como universal quando, na verdade, o que se tem é uma voz privilegiada que fala, de modo solitário, o que foi e o que é o Seridó potiguar. Contrária a quaisquer princípios totalizantes ou potencialmente uniformizadores, a área de História dos Sertões vem sendo pensada no seio do Mestrado em História do CERES-UFRN, sempre atenta aos problemas contemporâneos das fronteiras e das alteridades. Nessa direção, instituições como a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (instalada em 2011) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (fundada em 2010), são potenciais parceiras para o desenvolvimento da área de concentração, por diversos motivos que serão explorados em outra oportunidade. Todas as possibilidades de se pensar fronteiras abertas, para interiores e exteriores, importam à História dos Sertões. Se é o problema do tempo, na velocidade do atualismo, que desafia historiadores de todas as gerações, neste século XXI, espera-se oferecer, com a entrada pelos sertões, algumas soluções a partir da história desses espaços (ARAUJO; PEREIRA, 2018). Considerar que há vida a acontecer em lugares distantes, com tempos diversos, talvez seja um bom método de se devolver o humano aos nossos tempos.

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, 1500-1800. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O rapto do sertão: a captura do conceito de sertão pelo discurso regionalista nordestino. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 25, pp. 21-35, 2019.

_____. Vede sertão, verdes sertões: cinema, forografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 13, Ano XIII, n. 1, Janeiro/Fevereiro/Março/Abril/Junho, 2016, p. 1-27.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ARAÚJO, Erick Assis de; SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos (Orgs.). **História urbana e global: novas tendências e abordagens**. Fortaleza: EdUECE, 2018.

ARAÚJO, Valdeci; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0** – Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAMPOS, Natércia (org.). **Em Alpendres d’Acauã**. Fortaleza: Imprensa Univesitária/UFC, 2001.

CARDOSO, Eduardo Wright. Euclides da Cunha e a cor local: a pintura da história de Canudos. **Anos 90** (online) (Porto Alegre), v. 25, pp. 279-304, 2018.

CASTRO, Marize Lima. **Areia sobre os pés da alma**: uma leitura da vida e obra de Oswaldo Lamartine de Faria. Doutorado, UFRN, Natal, Brasil, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006).

CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, pp. 79-99, jan./jun. 2005.

CONNELL, Rawyen. Usando a teoria do sul: descolonizando o pensamento social na teoria, na pesquisa e na prática. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), pp. 87-109, 2017.

COSTA, Aryana. **De um Curso d'Água a Outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. Doutorado, UFRJ, Brasil, 2018.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **A casa da memória norte-riograndense**: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). Doutorado, UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2017.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **De Cascudo para Oswaldo**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2005.

_____. **Juvenal Lamartine, o meu pai**. Natal: Edições Sebo Vermelho, 2019.

_____; LAMARTINE, Hypérides. **Algumas abelhas dos sertões do Seridó** (Notas de carregaço). Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

FARIA, Oswaldo Lamartine. **A caça nos sertões do Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2014.

_____. **E adonde era sombra se fez sol. E adonde era solo se fez chão...** Coleção Mossoroense, Série B, número 440, 1987.

_____. **Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte** (1984). Natal: Sebo Vermelho Edições (edição fac-similar), 2009.

FERRAZ, Socorro; BARBOSA, Bartira Ferraz. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Alberto (org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras americanas na primeira metade do século XIX: o triunfo das representações nos Estados Unidos da América. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 18, p. 124-144, dezembro de 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 15-25.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MACÊDO, Muiakytan Kennedy de. A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012.

MÄDER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, 12(3), Setembro/Dezembro, p. 262-270, 2008.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDEIROS NETA, Olívia Morais. **Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais**. Mestrado, UFRN, Natal, Brasil, 2007.

MELO, Veríssimo de. **Cartas e cartões de Oswaldo Lamartine**. Natal: Fundação José Augusto, 1995.

MORAIS, Helicarla Nyely Batista de. **A inscrição de uma memória, do que se ressentem...** O Rio Grande do Norte, no pós-30. Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica**: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Crônica, memória e história**: formação historiográfica dos sertões da Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, pp. 229-257, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

_____. Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os sertões*. In: SILVA, Ana Rosa Clochet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (orgs.). **Contribuições à**

história da historiografia luso-brasileira. São Paulo: Hucitec/Belo Horizonte: Fapemig, 2014, pp. 243-283.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A natureza na interpretação do Oeste: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero (orgs.). **Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 21-40.

OLIVEIRA, M. DA G. DE. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 8 dez. 2018.

PEIXOTO, Renato Amado. **Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço.** 1. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

_____. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início o século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, pp. 169-193, 2010.

PEREIRA, Ana Carolina B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, abr/jun, pp. 88-114, 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALOMÃO, Jorge. **Mosaical.** Rio de Janeiro: Gryphus, 1994.

SANTOS, Evandro. Ensaio sobre diversidade historiográfica: como escrever (e reconhecer) histórias dos sertões a partir de novas e “velhas” epistemologias. **Saeculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, pp. 441-452, 15 dez. 2019.

SANTOS, Evandro. Estilo e temporalidades na escrita de Oswaldo Lamartine de Faria: em busca do tempo perdido no Seridó potiguar. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 9, pp. 96-109, 2018.

SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago e PEREIRA, Mateus H. de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: o eurocentrismo em questão. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 60, pp. 161-186, 2016.

SILVA, Maria Samara da. **Lugares de vida, a vida nos espaços: Oswaldo Lamartine de Faria e a perspectiva da experiência (1940-1970)**. Mestrado, UFRN, Natal, Brasil, 2019.

SOBRAL, Gustavo. **O sertão de Oswaldo Lamartine de Faria: a biografia de uma obra**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VARELLA, Flávia et al. (orgs.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.